

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal Class.: Índios / Saúde
Data: 04/12/93 Pg.: 228

Indígenas apostam na auto-sustentação

As instituições governamentais e não-governamentais devem viabilizar propostas de auto-sustentação das comunidades indígenas, baseadas na utilização dos recursos florestais renováveis (borracha e castanha, por exemplo), e promover programas de recuperação de áreas degradadas. Essas propostas, consideradas fundamentais para a sobrevivência e a saúde dos índios, foram aprovadas na 2ª Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, que foi realizada de 25 a 27 de outubro passado, em Luziânia (GO), mas só agora teve divulgado o relatório final, ao qual O LIBERAL teve acesso com exclusividade. A 2ª CNSPI foi convocada pelo Ministério da Saúde e fez parte da 9ª Conferência Nacional de Saúde.

Outra proposta aprovada no encontro prevê que o Sistema Único de Saúde (SUS) deve garantir o tratamento adequado para os pacientes índios contaminados pelo mercúrio e adotar medidas preventivas para as populações expostas a este perigo. Quanto à contratação e formação dos quadros profissionais para o atendimento à saúde em áreas indígenas, deve ser dada preferência às pessoas indígenas, se possível pertencentes à mesma etnia junto à qual irão atuar. Também é fundamental que o presidente Itamar Franco garanta o processo de demarcação das terras dos índios.

O relatório final da conferência repudia os crimes contra os indígenas, uma causa importante de mortalidade e morbidade, e cita o exemplo do recente massacre dos Ianomami. Condena a ação de políticos que incentivam a invasão e atividades ilegais em territórios indígenas e de militares que praticam comércio ilegal de ouro, assédio sexual e desrespeito à cultura das comunidades. Os representantes de agentes indígenas de saúde, políticos indígenas e os 19 povos existentes no Alto Rio Negro, presentes à conferência, protestaram contra a permanência de garimpeiros em



O índios querem prioridade política e financeira para a saúde

suas áreas.

Também foi denunciada a existência de seitas religiosas que pregam contra os costumes indígenas e, principalmente, contra os pajés. Os índios, as organizações governamentais e não-governamentais do Maranhão repudiaram a atitude tomada pela Companhia Vale do Rio Doce, que se "recusou" a negociar questões referentes aos povos indígenas, desrespeitando-os, e às demais instituições presentes no grupo de trabalho sobre saúde indígena naquele Estado.

Prioridade

Os profissionais de saúde do Distrito Sanitário Ianomami de Roraima e do Amazonas repeliaram o descaso e o desrespeito da direção da Fundação Nacional de Saúde em relação à garantia de seus direitos trabalhistas. O relatório final da conferência também repudia a "medida autoritária e discriminatória" do ministro da Saúde, Henrique Santillo, de impedir a participação, no en-

contro, de observadores eleitos nos Estados, e de recomendar, inclusive, o corte de metade dos delegados eleitos, prejudicando a representatividade dos Estados e "pondo em risco a própria viabilidade da conferência".

Ao ministro Henrique Santillo foi solicitada prioridade política e financeira à saúde do índio. Os participantes da conferência também repudiaram o processo de degradação ambiental das áreas indígenas, provocado principalmente por atividades de empresas mineradoras e garimpeiros, entre outros, e criticaram a ausência, no encontro, do ministro Henrique Santillo e do presidente Itamar Franco.

A conferência, que contou com a participação de 200 delegados, indígenas e não indígenas, objetivou definir diretrizes da Política Nacional de Saúde para os Povos Indígenas e atualizar as recomendações da 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio.